

8ª Conferência Nacional de Saúde

Z7: 1

08/10

28

17 a 21 de março de 1986
Brasília, DF.

20:00 horas

MESA REDONDA: "CONSTITUINTE E SAÚDE"

Presidente: Deputado Ulysses Guimarães ✓

Apresentadores: Deputado Carlos de Menezes Sant'Anna

Doutor Cristóvam Buarque ✓

Magnífico Reitor da FUNB

Doutor Herman de Assis Baeta ✓

Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do
Brasil - OAB

Doutor Waldir Pires ✓

Local: Ginásio de Esportes

DIA 21 DE MARÇO (SEXTA-FEIRA)

08:00 - 12:00 horas

RELATORES: CONSOLIDAÇÃO DOS TRÊS TEMAS CENTRAIS

Delegados

e

Participantes: Relatos de experiências, trabalhos e comunicações relacionados com os três temas centrais

Mesa Diretora: Presidente: Arlindo Fábio Gomes de Sousa ✓

Assessores:

Francisco Eduardo Campos ✓

Roberto Luis Brant Campos ✓

8ª Conferência Nacional de Saúde

Z7: 1

09/10

17 a 21 de março de 1980
Brasília, DF

Local: Ginásio de Esportes

14:00 - 18:00 horas

Apresentação, discussão e aprovação do Relatório
final e Moções.

Mesa Diretora. Presidente: Antonio Sergio da Silva Arouca ✓

RELATORES:

Professor Guilherme Rodrigues da Silva ✓

Doutor Solon Magalhães Viana ✓

Doutor Roberto Passos Nogueira ✓

ASSESORES:

Eric Jenner Rosas ✓

* Ary Carvalho de Miranda

Arlindo Fábio Gomes de Sousa ✓

* Paulo Marghicri Buss

Local: Ginásio de Esportes

19:00 horas ENCERRAMENTO

Local: Ginásio de Esportes

8ª Conferência
Nacional de
Saúde

27: 1

10/10

30

17 a 21 de março de 1986
Brasília, DF.

COMISSÃO ORGANIZADORA

PRESIDENTE: Antonio Sergio da Silva Arouca ✓

VICE-PRESIDENTE: Francisco Xavier Beduschi ✓

COMISSÃO RELATORA:

RELATOR GERAL: Guilherme Rodrigues da Silva ✓

RELADORES: Solon Magalhães Viana ✓
Roberto Passos Nogueira ✓

COMITÊ EXECUTIVO:

SECRETÁRIO: Otávio Clementino de Albuquerque ✓

SECRETÁRIO-ADJUNTO: Edmilson Francisco dos Reis Duarte ✓

TESOUREIRO: Maria Salete de Lima ✓

MEMBROS:

Lourival Baptista ✓

Carneiro Arnaud

Ronei Edmar Ribeiro ✓

Hésio de Albuquerque Cordeiro ✓

José Saraiva Felipe ✓

Francisco Eduardo de Campos ✓

Cid Roberto Bertozzo Pimentel ✓



AOS PARTICIPANTES DA 8ª CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

A CUT — Central Única dos Trabalhadores, através dos seus 50 delegados, dirige-se a todos os participantes da 8ª Conferência Nacional de Saúde para manifestar a sua posição política sobre a questão da saúde no Brasil, do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora.

O sistema de saúde no Brasil, caracterizado pela atuação hospitalar, curativa e empresarial, tem sido extremamente discriminatório, alijando os trabalhadores, urbanos e especialmente rurais, de um atendimento condigno à saúde.

Os objetivos do Sistema de Saúde no país têm sido os de garantir a força de trabalho para a produção capitalista e à acumulação de capital no interior do próprio setor. Assim, com um total descompromisso com as reais necessidades de saúde do povo brasileiro.

A CUT reafirma, nesta oportunidade, os seguintes princípios e propostas para o setor saúde, em consonância com o seu papel de lutar, de forma intransigente pelos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores brasileiros:

1) A maioria absoluta da população brasileira não possui condições dignas de sobrevivência porque não tem acesso ao atendimento de suas necessidades básicas. E neste contexto, a saúde precisa ser entendida no conjunto das políticas sociais que são prioritárias para a construção de uma sociedade justa e democrática. A saúde e as demais políticas sociais são um dever e uma dívida do Estado para com o povo trabalhador deste País.

✦ 2) Defendemos um sistema de saúde estatizado, unificado, regionalizado e que garanta atendimento integral, igualitário e de boa qualidade a toda a população brasileira.

✦ 3) Os trabalhadores deverão ter a direção e o controle da administração e gestão do sistema de saúde em todos os níveis, para assegurar que, de fato, ela esteja voltada para os seus reais interesses.

✦ 4) É indispensável uma política de recursos humanos que reorienta a formação e utilização dos trabalhadores da área de saúde e estabeleça as condições de trabalho e salário adequadas à devida valorização social dos serviços de saúde.

✦ 5) Nos posicionamos pela imediata e concreta responsabilidade do Estado pela atenção de saúde com a destinação dos recursos públicos necessários à implantação e funcionamento do sistema único e universal de saúde. Para tanto, torna-se indispensável a pronta suspensão do financiamento da rede privada com recursos públicos e a estatização dos serviços necessários à organização da rede de saúde.

✦ 6) Os recursos financeiros destinados à Previdência Social devem ficar exclusivamente para um seguro social justo aos trabalhadores da cidade e do campo. Desta forma, o orçamento da Previdência deve ser administrado pelos trabalhadores e utilizado somente para a concessão de benefícios, pensões e aposentadorias.

✦ 7) O financiamento do setor saúde será de responsabilidade do Estado, a quem cabe levar uma política de descentralização, articulando a participação efetiva dos estados e municípios com uma ampla e profunda reforma tributária.

A CUT entende, ao final, que a conquista destas reivindicações dar-se-á através de um processo de luta política dos trabalhadores que com a sua organização e união avançam rumo a uma sociedade justa, democrática, sem exploração e dirigida pelos próprios trabalhadores.

Brasília, DF, 17 de março de 1986

DELEGAÇÃO DA CUT

CORREIO BRAZILIENSE

20 MAR 86

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA NA

8ª CNS

Integra do discurso do presidente Sarney: "Aqui estou para integrar-me aos trabalhos desta Conferência, que se desenvolve num grande espírito de participação, com grande sentimento democrático e com grande espírito de construir.

O Governo, que fez da opção social sua meta prioritária, portanto, tem a obrigação de fazer da saúde dos cidadãos um bem tutelado pelo Estado e pela sociedade. O Governo, que colocou o bem-estar da sociedade acima de quaisquer outros interesses, tem o dever de zelar pelas condições de saúde física da população. Esse o sentido da minha presença neste encontro.

Nestas últimas semanas, o País tem vivido momentos de inequívoca sintonia do Governo com toda a sociedade brasileira. O acolhimento das ações do Programa de Estabilização Econômica representa sem dúvida o testemunho mais brilhante, a medida mais exata do acerto do programa e do seu compromisso com os mais elevados interesses nacionais.

As esperanças suscitadas ganharam, assim, força e ganham vida. São esperanças que se transformam nessa imensa cruzada cívica que tomou conta do Brasil, empolgando a bandeira do desenvolvimento nacional e traduzindo uma ação solidária, madura, consequente e sobretudo irreversível.

Peça indispensável e fundamental no processo de revitalização da economia nacional, o Programa de Estabilização Econômica não esgota o amplo elenco de mudanças, que o Governo vem patrocinando na sociedade brasileira.

Em verdade, as mudanças somente serão profundas se provocarem de fato uma melhoria da qualidade de vida do nosso povo, especialmente dos mais sofridos, que ao longo desses anos não tiveram acesso aos bens nem se beneficiaram dos serviços essenciais que o desenvolvimento ofereceu. Constatamos que os indicadores de saúde da população são extremamente comprometedores.

Não posso deixar de referir-me às grandes desigualdades que se manifestam no que diz respeito aos padrões de saúde. Doenças, das quais se conhe-

cem e dominam as técnicas para controle, estão ainda presentes no território nacional, particularmente nas regiões mais pobres do País. É inadmissível que os resíduos da industrialização tragam danos aos trabalhadores e aos moradores das grandes cidades; que as modernas técnicas de produção agrícola coloquem em risco a saúde dos agricultores e dos habitantes das cidades; que o Nordeste e o Norte tenham uma expectativa de vida dramaticamente inferior a dos habitantes das regiões do Sul do País. Inaceitável também é que um terço da população brasileira tenha uma alimentação insuficiente e absolutamente inadequada.

O Brasil não pode continuar sendo uma nação de vários brasis: um Brasil menor, de cidadãos de primeira e abastada classe, e um Brasil imenso, de um povo de segunda e necessitada classe.

Será deixado para trás o quadro desses brasis: o forte, o doente, o fraco, o débil, o sadio. Construiremos portanto, e devemos construir, um só Brasil, o do povo com saúde, livre de todas as endemias.

A democratização, portanto, do setor saúde é compromisso do Governo.

A assistência médica, a garantia de um adequado atendimento hospitalar, as campanhas de medicina preventiva não podem continuar sendo um favor do Estado nem uma concessão do Governo. Temos que nos conscientizar de que o direito fundamental à vida com dignidade é um direito coletivo. Dever que o Estado deve exercer e deve exigir da sociedade, em benefício de todos e não apenas como a expressão de privilégio dos que podem pagar pela assistência de que carecem.

Não há dúvida de que no País, nas últimas décadas, houve um desenvolvimento considerável do sistema de atenção médico-hospitalar, que o colocou no nível tecnológico dos países desenvolvidos, a Previdência Social foi seguramente o instrumento desse processo, representando uma das grandes conquistas da classe trabalhadora e um dos seus principais patrimônios sociais.

A esse desenvolvimento, entretanto, não correspondeu uma

generalização do acesso. Não se conferiu efetiva prioridade às ações de caráter preventivo e de alcance coletivo, relativamente aquelas de natureza curativa e de alcance individual.

O permanente avanço tecnológico e a necessidade de promover sua difusão, sem privilégios nem limitações, reclamam uma nova racionalidade para o setor de saúde, adaptando-o à organização de uma sociedade justa e de uma sociedade democrática.

É indispensável que se examine e reexamine a administração do setor, evitando-se a multiplicidade de instituições, que atuam de forma sobreposta e com desperdício de recursos, e a excessiva centralização, que promove um distanciamento da realidade e inibe a iniciativa local.

Repensar a saúde — esta a inspiração da Conferência Nacional de Saúde, de que todos participam.

Estou certo, de que as instituições públicas e privadas, os técnicos e autoridades, as entidades comunitárias e associativas aqui presentes podem fazer um balanço adequado e propor as diretrizes que devem orientar a organização do sistema de saúde que mais convém à sociedade brasileira.

Essa reorientação deve ter em conta as exigências de construção de um novo sistema de saúde que observe "uma maior descentralização de ações — transferindo recursos e encargos para os estados e municípios — uma maior racionalidade administrativa — garantindo eficiência institucional — e, sobretudo, um elevado sentido participativo — que permita à população assumir responsabilidade no controle da execução dos serviços, a semelhança do total exercício de cidadania que a edição do Programa de Estabilização Econômica nos permitiu ver.

Senhoras e senhores, brasileiros e brasileiras.

O País, que foi capaz de vencer o círculo vicioso da especulação que gera injustiça e da injustiça que perpetua a miséria,

já demonstrou, pela memorável participação popular na escolha de seu próprio destino, que tem também condições de vencer pobreza e de superar as terríveis e marcantes diferenças que condenam um terço da população brasileira aos padrões mínimos de sobrevivência.

Esta não é uma tarefa apenas para o Governo. Ao contrário, é um desafio de toda a sociedade. Nesta VIII Conferência Nacional de Saúde foram mobilizadas todas as classes e as instituições representativas de todo o universo social brasileiro.

Como Presidente da República, estou convencido de que ou nos unimos, acima de crencas e de convicções políticas, para superar nossas deficiências, ou não ultrapassaremos o quadro desolador das carências injustificadas.

A Nova República, que está realizando as promessas postergadas de dar ao homem brasileiro a condição de plena cidadania, tem compromissos inadiáveis com a criação de iguais oportunidades para todos. E nenhuma oportunidade é mais cara, mais necessária e mais valiosa, do que a oportunidade da vida.

Nas mãos dos senhores, que aqui trazem a contribuição de suas experiências e de suas vicissitudes, depositamos a certeza de que este há de ser um marco decisivo da redenção da saúde nacional.

Aqui definem-se os rumos de uma nova organização do sistema de saúde no Brasil.

E esse sistema tem de ser fiscalizado também com rigor. Podemos nos instituir, nesta reunião também, em fiscais da saúde no Brasil.

Faço votos de que esta Conferência, pela abrangência de seus temas, pela profundidade de seus debates, pelo clima de devotamento que está presidindo suas discussões, há de representar a pre-Constituinte da Saúde no Brasil.

A todos, uma boa jornada de trabalho. E vamos nos preparar para convocarmos a Conferência de 1988.

Muito obrigado.

Conclat

Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora



MANIFESTO A VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

A CONCLAT/CGT, através de seus delegados, vem apresentar aos participantes da VIII Conferência Nacional de Saúde, suas propostas acerca dos temas desta conferência

Consideramos que o modelo de desenvolvimento econômico de nosso país, submetido à dominação do imperialismo, do capital e do latifundiário tem sido a causa fundamental da grave situação de saúde do povo brasileiro e dos desacertos de nossas instituições de saúde.

Sendo assim, julgamos que a conquista do direito à saúde para todos brasileiros, em especial as classes trabalhadoras, exige importantes transformações em nossa sociedade, destacando-se dentre outras:

1. Estabelecimento de uma política econômica independente, com a declaração de moratória, unilateral e soberana, da dívida externa;
2. Aplicação imediata do Plano de Reforma Agrária e sua aplicação;
3. Melhoria das condições de trabalho e redução da jornada para 40 horas semanais; política salarial que atenda plenamente às necessidades dos trabalhadores;
4. Consolidação e ampliação da democracia rumo às mudanças exigidas pela situação, com a conquista de uma Constituição moderna, democrática e progressista;
5. Pleno direito de greve; liberdade e autonomia sindical;

Além destas medidas de caráter geral, a situação exige uma completa reformulação da Política Nacional de Saúde, baseada nos seguintes princípios.

1. A Saúde é um direito de todo cidadão e dever do Estado.
2. Estabelecimento de Sistema Único de Saúde (SUS), integrado pelos serviços existentes ou que venham a ser criados, organizados de forma regionalizada, aplicando nas diferentes situações a política nacional, sob a direção de um ministério único.
3. X O S.U.S. (Sistema Único de Saúde), integrando ações preventivas e curativas, deve fundamentar-se nos serviços públicos e nos não lucrativos, tendo o setor privado caráter complementar dentro de rigorosas normas de controle, podendo ser submetido a intervenção sempre que o interesse da coletividade assim o reclamar..
4. Política clara de fortalecimento e desenvolvimento dos serviços públicos de saúde, com ampliação da capacidade instalada e melhoria dos serviços.
5. X Exclusão das formas discriminatórias e controladoras da força de trabalho, com a medicina-de-grupo e demais formas mercantilistas que atentem contra a saúde da população, os profissionais de saúde e os recursos públicos.
6. X A reorganização do financiamento deverá se dar em duas etapas a) de imediato, viabilizando a expansão das AIS e da regionalização com ampliação dos recursos públicos e empregados; b) reformulando a política tributária e a estrutura de financiamento das políticas sociais e da saúde em particular.
7. X Redução progressiva dos recursos previdenciários destinados a Assistência Médica, substituindo-os por verbas orçamentárias da União; as contribuições previdenciárias devem destinar-se assim exclusivamente ao seguro social.
8. X Política de recursos humanos que promova a valorização profissionais por meio de salários dignos, estabelecimento de planos de carreira e estímulo ao aperfeiçoamento profissional, além da isonomia salarial dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde.
9. X Garantia da participação dos usuários na formulação, execução, gestão e controle dos serviços de saúde em todos os níveis, com poder de decisão.
10. X Fortalecimento da CEME e da indústria farmacêutica nacional na pesquisa, produção e distribuição dos medicamentos básicos; proibição da propaganda na área do comércio de drogas.
11. X Desenvolvimento da indústria estatal e nacional de equipamentos de saúde.
12. Controle rigoroso da atividade de indústrias estrangeiras na produção de medicamentos, materiais e equipamentos, bem como na comercialização e uso de medicamentos.

Os delegados da CONCLAT, consideram, fundamental a ampla discussão destas e de outras propostas, com o intuito da consolidação de uma Política de Saúde que atenda os interesses dos trabalhadores e da ampla maioria da população brasileira.

Brasília, março de 1986.

Delegados da CONCLAT na
VIII Conferência Nacional de Saúde.



TOLEDO PIZA

EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS LTDA.

EMBRATUR 00291-00-41-1 - TELEX: (011) 32629 - TPET BR
 RUA CAPITÃO FRANCISCO PADILHA, 119 - FONE 883-3200 - TRONCO CHAVE - JARDIM EUROPA - CEP 01448 - SÃO PAULO - SP

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

PATROCÍNIO:

- MINISTÉRIO DE SAÚDE PÚBLICA DA REPÚBLICA DE CUBA
- SOCIEDADE CUBANA DE ENFERMAGEM
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE ENFERMAGEM
- GRUPO NACIONAL DE ENFERMAGEM
- DIREÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONTINUADA

ANTECEDENTES:

O desenvolvimento alcançado em Cuba no setor de Saúde Pública em geral, e na Atenção Primária em especial, motivou a Sociedade Cubana de Enfermagem a organizar este Seminário para trocar experiências com outros colegas do mundo.



A Atenção Primária constitui o primeiro contato da população com o Sistema Nacional de Saúde, que em Cuba compreende as Policlínicas, os Hospitais Rurais e Ambulatórios, e é dispensada à população através destas instituições ou na própria comunidade.

A assistência médica chega à família no seu próprio domicílio do trabalhador nos centros de trabalho e aos estudantes nas escolas.



O avanço da Saúde Pública em nosso meio está intimamente ligado ao surgimento da Policlínica como instituição fundamental na prestação da assistência médico-ambulatorial.

OBJETIVOS:

Introduzir os conceitos de atendimento de Atenção Primária de Saúde a todos os enfermeiros e estudantes de enfermagem.

Contribuir para criar mudanças no sistema do primeiro nível de atenção de saúde, em benefício da família e da comunidade.



Fomentar ativamente a participação dos indivíduos, famílias, grupos especializados e a comunidade em geral nas tarefas de promover a Saúde.

IDIOMAS OFICIAIS:

Espanhol e Inglês.



Z7: 5



TOLEDO PIZA
EMPREENDEIMENTOS TURÍSTICOS LTDA.

EMBRATUR 00291-00-41-1 - TELEX: (011) 39229 - TPET BR
RUA CAPITÃO FRANCISCO PADILHA, 119 - FONE 883-3900 - TRONCO CHAVE - JARDIM EUROPA - CEP 01448 - SÃO PAULO - SP

SEDE:

- PALÁCIO DAS CONVENÇÕES
- POSTOS DE SAÚDE (POLICLÍNICAS-DOCENTES)
- HOSPITAL PSIQUIÁTRICO NACIONAL
- HOSPITAL "HERMANO AMEIJERAS"

PARTICIPANTES:

O curso é dirigido a enfermeiras de todos os países e de todos os níveis.

PESSOAL DOCENTE:

Está formado por enfermeiras altamente especializadas em Atenção Primária de Saúde e de outros níveis da organização.



CERTIFICADOS:

Ao término do curso todos os participantes receberão certificados da Direção Nacional de Educação Continuada.

INSCRIÇÃO:

Todas as enfermeiras e pessoas acompanhantes que desejarem assistir ao Seminário deverão fazer sua inscrição.



DIREITOS DOS PARTICIPANTES:

- Discutir os temas apresentados.
- Participar das atividades científicas.
- Visitas às Policlínicas e Hospitais Médico-Cirúrgicos.





TOLEDO PIZA

EMPREENDEIMENTOS TURÍSTICOS LTDA.

EMBRATUR 00921-00-41-1 - TELEX: (011) 32629 - TPET BR
 RUA CAPITÃO FRANCISCO PADILHA, 112 - FONE 883-3900 - TRONCO CHAVE - JARDIM EUROPA - CEP 01448 - SÃO PAULO - SP

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

PROGRAMA - VIA LIMA

1º DIA - SÃO PAULO/LIMA

09.06.86 Apresentação no Aeroporto Internacional de Guarulhos para embarque no voo RG 844, às 19:45hs., com destino a Lima.
 SEGUNDA

2º DIA - LIMA/HAVANA

10.06.86 Embarque com destino a Havana no voo SU336.
 TERÇA Chegada, recepção e traslado ao Hotel. Alojamento.

3º DIA - HAVANA

11.06.86 Café da manhã no Hotel.
 QUARTA Dia livre para atividades independentes.

4º DIA - HAVANA

12.06.86 Café da manhã no Hotel.
 QUINTA Traslado ao Palácio das Convenções e Abertura do Seminário.

MANHÃ 08:30 - ABERTURA
 09:00 - SISTEMA NACIONAL E NÍVEL DE SAÚDE EM CUBA
 09:30 - A MEDICINA NA COMUNIDADE
 10:00 - INTERVALO
 10:30 - PARTICIPAÇÃO DA ENFERMEIRA NOS PROGRAMAS BÁSICOS DE SAÚDE NA COMUNIDADE
 11:00 - DISCUSSÃO EM GRUPOS

TARDE 14:30 - O TRABALHO DA ENFERMEIRA JUNTO AO MÉDICO DA FAMÍLIA
 15:15 - ATIVIDADE DA ENFERMAGEM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA
 16:00 - INTERVALO
 16:30 - PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DA COMUNIDADE NAS TAREFAS DE SAÚDE
 17:00 - DEBATE

5º DIA - HAVANA

13.06.86 Café da manhã no Hotel.
 SEXTA

MANHÃ Das 09:00 às 12:00hs. - VISITA DIRIGIDA AO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO NACIONAL.

TARDE Das 15:00 às 17:00hs. - VISITA DIRIGIDA AOS POLICLÍNICOS DOCENTES. DESCRIÇÃO DA COMUNIDADE. CARACTERÍSTICAS, RECURSOS E QUADRO DE SAÚDE.





TOLEDO PIZA

EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS LTDA.

EMBRATUR 00221-00-41-1 - TELEX: (011) 32629 - TPET BR
 RUA CAPITÃO FRANCISCO PADILHA, 112 - FONE 883-3200 - TRONCO CHAVE - JARDIM EUROPA - CEP 01448 - SÃO PAULO - SP

6º DIA - HAVANA

14.06.86 Café da manhã no Hotel.

SÁBADO

MANEÃ

Das 09:00 às 12:00hs. - VISITA DIRIGIDA AO HOSPITAL CLÍNICO CIRÚRGICO "HERMANOS AMEIJERAS".

TARDE

14:30 - "UN CANTO A LA VIDA" - EXPOSIÇÃO DOCUMENTAL

15:30 - DISCUSSÃO EM GRUPO

16:30 - ENCERRAMENTO

7º DIA - HAVANA

15.06.86 Café da manhã no Hotel.

DOMINGO

Dia livre para atividades independentes.

Sugestão: passeio de dia inteiro ao Parque Lenin.

8º DIA - HAVANA

16.06.86 Café da manhã no Hotel.

SEGUNDA

Dia livre.

Nossa sugestão: passeio de dia inteiro a Varadero.

9º DIA - HAVANA

17.06.86 Café da manhã no Hotel.

TERÇA

Dia inteiramente livre.

Sugerimos: visita aos Museus de Havana.

10º DIA - HAVANA/LIMA

18.06.96 Café da manhã no Hotel.

QUARTA

Traslado ao Aeroporto José Martí para embarque no voo CU 468, às 10:00hs., com destino a Lima.

Ônibus à disposição para visita ao Mercado de Artesanato.

11º DIA - LIMA/SÃO PAULO

19.06.86 Embarque no voo RG 845, 01:40hs., com destino a São Paulo.

QUINTA

Chegada no Aeroporto Internacional de Guarulhos às 09:15hs.



FIM DE NOSSOS SERVIÇOS.

PREÇOS POR PESSOA:

PARTE AÉREA : SAO/LIM/HAV/LIM/SAO US\$ 750,00

PARTE TERRESTRE: DELEGADOS E ACOMPANHANTES

HOTÉIS 1ª CATEGORIA: DOUBLE US\$ 250,00

SINGLE US\$ 410,00

HOTÉIS TURÍSTICA "A": DOUBLE US\$ 200,00

SINGLE US\$ 320,00

INSCRIÇÃO: DELEGADOS - US\$ 60,00

ACOMPANHANTES - US\$ 30,00



8ª Conferência Nacional de Saúde

Ministro propõe Sistema Único de Saúde para o Brasil

A defesa da unificação, em apenas um ministério, de todos os serviços e recursos destinados à saúde, com a implantação de uma rede única nacional de hospitais, foi o traço marcante da palestra feita pelo Ministro da Saúde, Carlos Sant'Anna, ao abrir, no último dia 20 de janeiro, a Pré-Conferência de Brasília, preparatória à 8ª Conferência Nacional de Saúde. Segundo o Ministro, o setor saúde sofre atualmente, no Brasil, de uma espécie de esquizofrenia, dada a extrema fragmentação que se verifica na estrutura de saúde pública herdada do regime autoritário. Disse Carlos Sant'Anna que é fundamental a implantação de um sistema único

de saúde, capaz de beneficiar todos os brasileiros, sem discriminações, e que corrija as distorções geradas pela existência de múltiplos organismos oficiais cujas atividades se superpõem, numa verdadeira parafernália que prejudica a eficiência do setor. O Ministro apontou a existência de distorções orçamentárias, como o fato de que o Ministério da Saúde, em 1986, somente disporá de Cr\$ 15,5 trilhões para desenvolver todo o conjunto de suas atividades, enquanto o Inamps receberá Cr\$ 54 trilhões. Enfatizou também a necessidade

de a população das áreas rurais ter assegurada a mesma possibilidade de assistência médica que é dada à população urbana. Ressaltou o Ministro Carlos Sant'Anna que a 8ª Conferência será especialmente importante porque dela deverão sair propostas concretas e definitivas para uma ampla reformulação do setor saúde.

estas propostas, inclusive, deverão ser levadas a consideração da futura Assembleia Nacional Constituinte. Disse ainda que o direito à saúde não poderá ser garantido à população brasileira se não houver uma profunda mudança no modelo econômico vigente. Para o Ministro, o atual modelo, altamente concentrador,

é responsável por toda sorte de aberrações sociais. É preciso, fundamentalmente, distribuir de forma mais equânime a renda nacional. Após criticar a descoordenação existente entre as ações de saúde desenvolvidas pelos diversos órgãos das várias esferas de governo, Carlos Sant'Anna disse que devem ser buscadas a descentralização, a integração e a participação de todos na política nacional de saúde. Segundo o Ministro, é também prioritária a equiparação salarial de todos os profissionais que trabalham com saúde.



Sant'Anna e o presidente da Conferência, Sérgio Arouca

Eleutério
tem estratégia
para mudar
o sistema

pág. 3

Documentário
inédito
estréia
na 8ª CNS

pág. 2

Brasília
propõe criação
de Conselhos
Comunitários

pág. 4

Hora de participar

A Lei 378, de 13 de janeiro de 1937, impôs ao Poder Executivo a obrigatoriedade de, a cada dois anos, promover a Conferência Nacional de Saúde. No decorrer de 49 anos, entretanto, a Conferência foi convocada apenas sete vezes, o que nos força à observação de que nem sempre os governos que se sucederam tiveram as questões de saúde entre as prioridades nacionais. A última Conferência desta natureza foi levada a efeito entre 24 e 28 de março de 1980. Em outubro deste ano, o Presidente da República, José Sarney, atendendo exposição de motivos do Ministro da Saúde, Carlos Sant'Anna, fixou a data de 17 de março de 1986 para instalar a 8ª Conferência Nacional

de Saúde. Desta feita, o ato convocatório teve como inspiração a ideia de se conferir o direito de participação a todas as instituições e profissionais relacionados com o setor saúde, bem como a todos os segmentos sociais. Pela primeira vez estabeleceu-se a premissa da mobilização social, mediante a convocação de pré-conferências estaduais em várias capitais e áreas metropolitanas brasileiras, com o objetivo de equacionar as questões centrais da 8ª CNS, que são "Saúde como Direito de Todos"; "Reformulação do Sistema Nacional de Saúde" e "Financiamento do Setor". Por esta razão as conclusões da 8ª CNS propiciarão elementos de fundamental importância para a futura Assembleia Nacional Constituinte.

PROGRAMA

8ª Conferência Nacional de Saúde:

- Dia 17 de março:

08:00 horas - entrega de credenciais e pastas

10:45 horas - Cerimônia de Abertura com a presença do Presidente da República, Ministro da Saúde, Ministro da Previdência e Assistência Social e Representante da OMS/OPS.

14:00 horas - Início das Conferências e Debates

18:00 horas - Apresentação das sínteses das Pré-Conferências Estaduais

- Dias 18 e 19 de março:

08:00 horas - Exposição com debates

14:00 horas - Grupos de trabalho

20:30 horas - Mostra de filmes e vídeos com debates

- Dia 20 de março:

08:00 horas - Exposição com debates

14:00 horas - Grupos de trabalho

20:00 horas - Mesa-Redonda "Constituinte e Saúde"

- Dia 21 de março:

08:00 horas - Consolidação dos relatórios dos 3 temas centrais

14:00 horas - Apresentação, discussão e aprovação do relatório final e moções.

19:00 horas - Encerramento

Com exceção das exibições de filmes, que se realizarão no auditório do Palácio do Itamaraty, o restante da programação se realizará no Ginásio de Esportes de Brasília.

Para alguma outra informação, pode-se procurar a Comissão Organizadora da 8ª CNS, que funciona no subsolo do Palácio do Itamaraty, nas dependências da Fundação Visconde de Cabo Frio.

Documentários sobre saúde serão exibidos

"Imagens do Inconsciente", filme documentário inédito, em três capítulos, de autoria do conhecido diretor Leon Hirszman, será um dos destaques da programação da 8ª CNS. Filmado a partir de três casos clínicos observados no Museu do Inconsciente, a obra terá sessão especial para delegados e participantes, dias 18 e 19 de março, às 21:00 horas, no auditório do Palácio Itamaraty. Igualmente selecionado pela Comissão Organizadora, será projetado o filme "Até a Última Gota", documentário que denuncia o comércio ilegal de sangue na América Latina, realizado pelo diretor Sérgio Rezende, e que foi premiado no 12º Festival de Havana. Ambos os diretores estarão presentes e debaterão com o público após cada sessão.

Livro da Abrasco Debate a Transição

Será distribuído aos participantes da 8ª CNS o livro "Pelo Direito à Saúde", elaborado pela Comissão de Política de Saúde da Abrasco - Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, como contribuição ao atual debate nacional sobre a questão da saúde. O livro não visa a apresentação de propostas acabadas, mas, ao contrário, coloca-se muito mais como ponto de partida para as discussões. A Abrasco, órgão que se ocupa de articular a produção e difusão de conhecimentos na área da saúde coletiva, considera não só um direito mas, sobretudo, um dever contribuir para o aprofundamento desse debate, bem como manifestar a sua posição face às perspectivas que se desenvolvem em torno da formulação e implementação de uma política de saúde na transição democrática.

Propostas para um Sistema Nacional de Saúde

Reformulações do Sistema Nacional de Saúde - Este é o título de um documento preparado pelo secretário-geral do Ministério da Saúde, Eleutério Rodrigues Neto, que será apresentado na 8ª Conferência Nacional de Saúde. A primeira parte do documento discute os desacertos, as iniquidades e as inadequações do atual Sistema Nacional de Saúde, apontando a necessidade de uma reformulação. O baixo nível de saúde da população (inclusive quanto a doenças preveníveis por ações específicas dos serviços de saúde), diz o documento, é o resultado das insuficiências legais e conceituais que regem, com irracionalidade e excessiva centralização, a organização dos serviços de saúde no país. A consequência é que o direito à saúde, embora expresso na própria Constituição Nacional, não pode ser assegurado à população brasileira. A segunda parte do documento fala sobre o que seria um modelo ideal de sistema de saúde em uma sociedade democrática, assim como sobre os princípios para sua organização, universalização, equidade, descentralização (com regionalização e hierarquização), participação e integração. O terceiro ca-

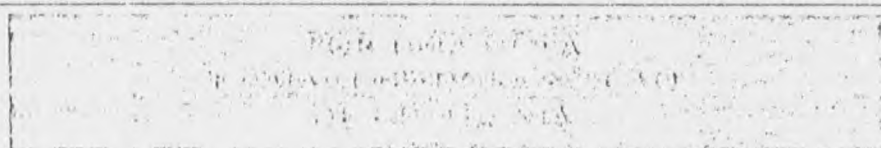


Eleutério sugere uma nova estratégia

pítulo propõe um padrão para a organização de um Sistema Nacional de Saúde, no contexto da Nova República, levando em conta todos os condicionantes políticos, sociais e econômicos da atual conjuntura. Isso implica o avanço do conceito de direito à saúde e de papel do Estado, redefinindo em termos gerais as atribuições dos níveis federal, estadual e municipal, com uma tendência à retração executiva do primeiro. Propõe-se também certas alterações na legislação ordinária e na Constituição. Faz-se algumas considerações também sobre os aspectos que deveriam ser reconsiderados na estratégia de financiamento. No último capítulo, Eleutério Ro-

driguez Neto propõe uma estratégia de implementação gradual da proposta que contempla:

- Encaminhamento da nossa lei do SNS e as reformas institucionais correspondentes.
- A elaboração de planos diretores estaduais, com programas de reformas específicas.
- A elaboração e implantação de um Sistema Nacional de Informação em Saúde.
- A proposição de uma política de pessoal unificada para o setor.
- A elaboração e implementação de um plano nacional de assistência farmacêutica.
- O desenvolvimento de estratégias de qualificação técnica e gerencial.
- A elaboração e implementação de um plano nacional de equipamentos e manutenção.
- A rediscussão de novas bases para o relacionamento do setor público com o privado, descentralizando os contratos e seus controles para o nível estadual e local.
- O redimensionamento das ações integradas de saúde (AIS) como estratégia de articulação intra e inter-setorial assim como entre as várias esferas do governo.



Ao falar na pré-conferência do Ministério da Saúde, o assessor jurídico da Universidade de Brasília, José Geraldo, ressaltou a necessidade de uma concepção verdadeiramente democrática de cidadania, que não pode deixar de passar pela garantia dos direitos sociais - saúde, alimentação, educação, etc. "A fórmula da justiça enunciada no dar a cada um o que é seu esconde essa sociedade

de escravos e senhores", disse o professor José Geraldo, referindo-se aos preceitos do direito romano, que continuam, em seu fundamento, sendo usados ainda hoje. "A justiça deveria ser a cada um segundo o seu trabalho, ou a cada um segundo as suas necessidades, tal como se inserevia, por exemplo, nas formulações cristãs, em Paulo e nos Atos dos Apóstolos, forma que veio

a ser retomada depois, no manifesto comunista, projetando para o futuro essa contradição básica, essa dialética de opostos que é a da inclusão e exclusão", afirmou José Geraldo, acrescentando ser necessário "construir um Direito novo, adequado a uma noção emancipadora de cidadania, o que só poderá ser alcançado a partir de uma efetiva prática democrática".

4



No Distrito Federal, foi proposta a criação de Conselhos Comunitários de Saúde

Pré-Conferências: os debates já estão em andamento

A mobilização nacional em torno dos problemas de saúde já começou em vários estados brasileiros. Em Alagoas, a pré-conferência foi realizada em outubro, e os participantes, apoiaram, por unanimidade, a tese da criação do Sistema Único de Saúde. Brasília fez a sua pré-conferência em novembro, após a realização de debates prévios em cada cidade-satélite da capital do país. Entre as propostas aprovadas, a da criação de Conselhos Comunitários de Saúde, autônomos e dotados de poderes para atuarem no planejamento e acompanhamento das ações integradas de saúde. Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Sergipe promoveram os debates entre 27 de janeiro e 1º de fevereiro. Minas realizará dois encontros, o primeiro em 15 de fevereiro, para a região metropolitana de Belo Horizonte, e o

segundo de 28 de fevereiro a 2 de março, para os demais municípios. Em Pernambuco, a pré-conferência será de 17 a 20 de fevereiro; no Rio Grande do Norte, de 24 a 26 de fevereiro; no Espírito Santo, de 27 de fevereiro a 1º de março; no Pará, de 28 de fevereiro a 2 de março. Entre 6 e 8 de março haverá os debates da Bahia, Paraná e Rio de Janeiro. Santa Catarina o fará em 17 e 18 de fevereiro, e a Paraíba nos dias 21 e 22 de fevereiro. No Piauí, foram escolhidos os dias 27 e 28 de fevereiro. Em Goiás, o secretário de Saúde, Rolnei Edmar Ribeiro, presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, marcou um seminário para os dias 17 a 19 de fevereiro, e convidou expositores de várias partes do país. A pré-conferência de Goiás será nos dias 6 e 7 de março.

Saúde, um dever do Estado

A Saúde, Direito de Todos—“Como a vida humana representa um bem juridicamente protegido pelo Estado, de acordo com a atual Constituição, a saúde dos habitantes deveria constituir, também, matéria de tutela estatal, como direito subjetivo daqueles que são seus legítimos titulares.”

Essa afirmação foi feita pelo Assistente Jurídico do MS, Hélio Pereira Dias, que falou sobre o tema “Saúde como Direito de Todos e Dever do Estado”, na Pré-Conferência de Brasília. Disse ainda o professor: “A elaboração do processo legislativo futuro, a nível constitucional e ordinário, pressupõe ampla visão dos administradores e legisladores, para avaliar o conteúdo das proposições e os conseqüentes reflexos que terão no mundo jurídico. Também a organização da ga-



Hélio Dias

rantia dos direitos e interesses legítimos das pessoas em matéria de saúde é, inquestionavelmente, ponto essencial. Sem ela, não existem relações jurídicas, porque não haverá possibilidade de compelir a administração a cumprir os deveres assumidos segundo a Lei”. Para o professor Hélio Dias, a saúde é claramente um dever do Estado: “A satisfação das necessidades coletivas se realiza através de atividades específicas, desenvolvidas pelo Estado, sob o nome de “serviços públicos”, que, na prática, se traduzem em prestações de utilidades públicas materiais e imateriais. Na atualidade, não há como negar que a preservação da saúde coletiva constitui matéria e objetivo fundamental dos Estados contemporâneos, como um dever, proporcionando serviços públicos aptos àquele fim”. Conclui Hélio Dias: “Nesse sentido, importa que se consagre, definitivamente, em nossa Constituição, sem meias palavras ou rodeios, a Saúde como um direito fundamental e inalienável, que gera para o Estado, os cidadãos e a coletividade, obrigações e participação”.